

OS CAMINHOS E DESCAMINHOS DO OURO

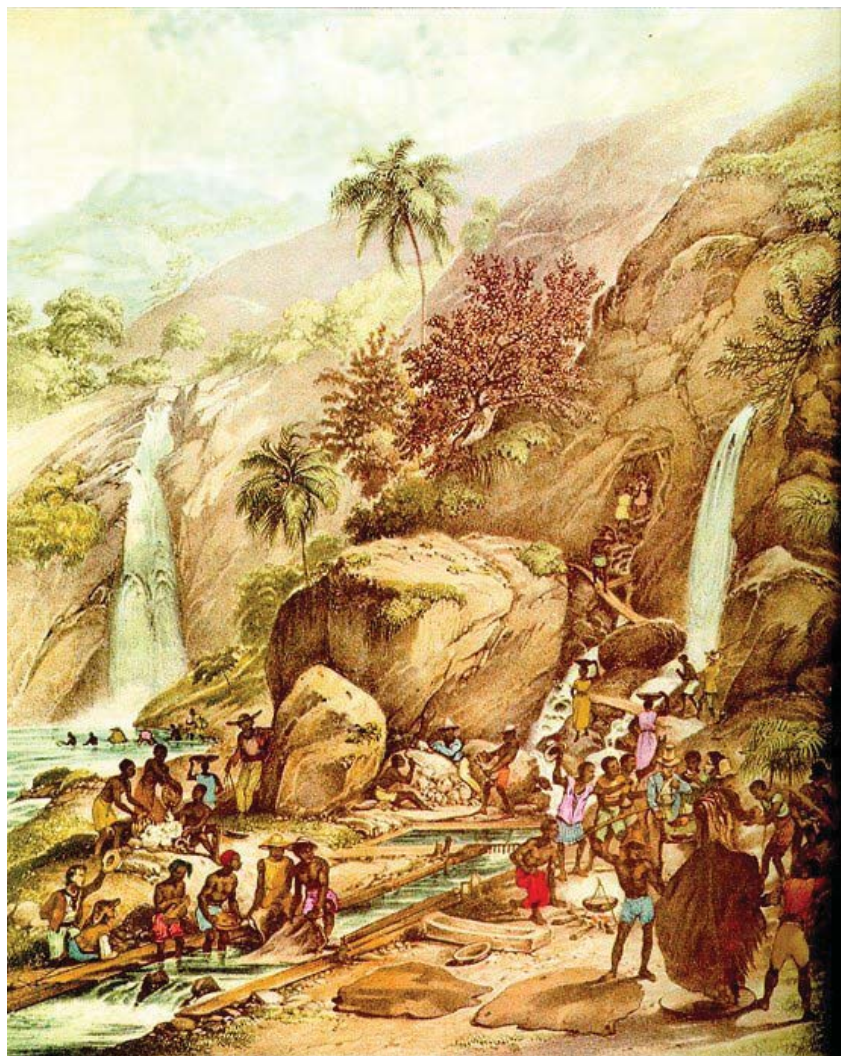
META

Apresentar os principais elementos que compõem o século XVIII na colônia, destacando a exploração do ouro e diamantes e as transformações sociais e econômicas decorrentes

OBJETIVOS

Ao final desta aula, o aluno deverá:

- identificar os fatores que delinearam a prospecção e descoberta de ouro no sertão de Minas Gerais;
- descrever e analisar os conflitos decorrentes da exploração mineral e ocupação desordenada do território;
- analisar a organização administrativa das Minas Gerais;
- identificar a importância das atividades comerciais, agrícolas e do mercado interno colonial;
- identificar os fatores e características do “barroco mineiro”, bem como seus artífices.



(Fontes: <http://tudojoia.blog.br>)

INTRODUÇÃO

Prezado estudante, agora vamos nos concentrar no século XVIII, o último e mais importante período do Brasil colonial, cujo significado histórico tentaremos explicar nesta aula. Charles Boxer, renomado historiador inglês, chamou o século XVIII de “Idade de Ouro do Brasil”, não somente por causa da descoberta e exploração do ouro, mas também pelo crescimento econômico e complexidade social a que chegou a América portuguesa. Vamos, então, desnudar essa “Idade de Ouro do Brasil”.

A primeira questão que devemos analisar é como se deu a descoberta de ouro, e quem foi que o descobriu. Como sabemos, o território colonial era muito extenso e hostil, maior do que qualquer coisa que os europeus pudessem imaginar. Desde que aqui chegaram, os portugueses empenharam-se na procura de ouro, prata e pedras preciosas. As descobertas de metais preciosos ocorridas no território dos atuais México, Peru e Bolívia, ainda no início do século XVI, animavam os portugueses, pois era inconcebível que não existissem estes metais a leste da linha de Tordesilhas, ou seja, em território da América portuguesa. As lendas indígenas e o imaginário europeu sobre o El Dorado alimentavam as expectativas de enriquecimento rápido. Por isso, todos procuravam: senhores de terras, criadores de gado, aventureiros, moradores das fazendas, funcionários públicos, militares, todos tinham esperança de enriquecer e agradar a Coroa com tão importante achado.



Obra de Adenor Gondim, Ex-voto, de 1749. Retrata a Guerra dos Emboabas, guerra pelo controle das Minas Gerais, desencadeada pela corrida do ouro.
(Fontes: <http://lh4.ggpht.com>)

A CORRIDA DO OURO

Os senhores da Casa da Torre, por exemplo, durante várias gerações financiaram expedições ao sertão da Bahia e Sergipe em busca das minas de prata que os índios costumavam apontar em seus relatos. Não havia qualquer prova que corroborasse estes relatos. Mas isso não era necessário. Bastava um simples boato para que homens experientes, sertanistas destemidos, percorressem incontáveis extensões de terra a procura do ambicionado metal, que na verdade nunca foi encontrado.

Não obstante os esforços empreendidos no Nordeste, quem primeiro encontrou ouro no Brasil foram os paulistas, habitantes do planalto de Piratininga, na Capitania de São Vicente, localizada ao sul do Rio de Janeiro. A região de Piratininga era pobre e isolada, e seus habitantes dedicavam-se à agricultura de alimentos (trigo, milho, raízes e tubérculos) e atividades de apresamento de índios para as lavouras da capitania (ver aula número 05). Os moradores do planalto, fossem fazendeiros ou trabalhadores eram, em sua maioria, mestiços ou índios. Isso porque os portugueses que lá se instalaram uniram-se às mulheres nativas, dando origem a uma comunidade fortemente mestiça, marcada por hábitos e costumes indígenas. Tanto é que a língua falada pelos habitantes de São Vicente era uma mistura de Tupi-Guarani com Português, denominada “Língua Geral do Brasil” ou, simplesmente, Língua Tupi.

Os paulistas entraram para a História como desbravadores do sertão, para além das fronteiras conhecidas. Vamos recapitular: as expedições eram chamadas de bandeiras, e tinham como principal objetivo o apresamento de índios. Todavia, essa atividade era considerada ilegal. Por isso os bandeirantes justificavam suas incursões pelo sertão alegando a prospecção de ouro e prata. Era o único argumento que as autoridades aceitavam para autorizar a organização das bandeiras. A alegação não era de todo falsa, pois mais cedo ou mais tarde, a experiência sertanista possibilitaria a descoberta de ouro. Charles Boxer nos oferece uma descrição muito precisa dos aspectos que caracterizam os bandeirantes:

“A maior parte das representações atuais dos paulistas do século XVII, seja na pintura, seja na escultura, mostra-os como uma espécie de “Pilgrim Father” em seu traje e com altas botas de montar. Mas na verdade, eles, ao que parece, muito pouca coisa usaram além do chapelão de abas largas, barbas, camisas e ceroulas. Caminhavam quase sempre descalços, em fila indiana, ao longo das trilhas do sertão e dos caminhos dos matagais, embora muitas vezes levassem uma variedade de armas. Sua vestimenta incluía igualmente gibões de algodão espessamente acolchoados, e que se mostravam tão úteis contra as flechas ameríndias que em 1683 sugeriu-se que fossem usados na guerra contra os belicosos negros de Angola (...) As

autoridades coloniais, por sua vez, não tinham como norma ocupar-se muito de São Paulo (...) A região era escassamente povoada, e economicamente atrasada a comparar-se com as ricas regiões produtoras de açúcar, isto é, Rio de Janeiro, Bahia e Pernambuco”.

Nas últimas décadas do século XVII, o declínio do apresamento de índios teve como consequência a carência de mão de obra e colapso da agricultura no planalto de Piratininga. Por outro lado, as autoridades, tal como o governador do Rio de Janeiro, incentivavam os paulistas a efetuarem a prospecção mineral no território que corresponde hoje ao sertão de Minas Gerais. Não se sabe a data e o local exatos da primeira descoberta, nem tampouco quem foi o descobridor. A única certeza é que foi encontrado no interior deste território, entre 1693 e 1695, ouro de aluvião, ou seja, em superfície, no leito ou encostas de rios rasos. Os descobridores são os bandeirantes paulistas que atravessavam a região entre a Serra da Mantiqueira e as cabeceiras do rio São Francisco.

Os depósitos de ouro eram denominados “fisqueiros”, por que o sol “fiscava” as pepitas que jaziam no solo. Na fala da época, “fiscar” tornou-se sinônimo de minerar. A prospecção consistia em lavar ou peneirar o solo com um instrumento manual denominado “bateia”, o qual não passava de uma bacia grande e cônica onde era separado o cascalho das partículas de ouro. Quando os depósitos de superfície se exauriam retirava-se o cascalho de fendas e poços, a diferentes profundidades, a fim de efetuar a lavagem. Este primitivo método de prospecção foi utilizado por décadas no Brasil colônia.

Em 1697 a notícia da descoberta já havia se espalhado. Por isso, era inevitável a migração de milhares de pessoas vinda, de toda parte, do Reino e da colônia, a procura de riqueza. Configurou-se o que se costuma chamar “corrida do ouro”, em que as primeiras povoações eram, na verdade, precários acampamentos de mineradores instalados ao longo do Rio das Mortes e do Rio das Velhas. Este último, como afluente do São Francisco, recebia as levas de imigrantes que vinham da Bahia e do Reino, por um caminho que corria paralelo à margem direita do grande rio.

Foram estas primeiras povoações que deram origem às vilas e cidades da região. Porém, no começo, a presença do Estado e das autoridades era nenhuma. Não havia mapas, não se sabia a que esfera de jurisdição as minas estavam vinculadas, não havia demarcações. Era cada um por si e os conflitos eram resolvidos com violência. Esta situação perdurou por mais ou menos uma década, até que fossem criadas as primeiras vilas e implantadas as instituições de governo, civis e militares.

Chegou a hora, caro estudante, de você pegar um mapa da atual região sudeste do Brasil, que engloba os estados de Minas Gerais, São Paulo, Rio de Janeiro e Espírito Santo. Localize o Rio São Francisco e seus afluentes. Localize também as atuais cidades de Ouro Preto, Mariana, São João d’El Rei e Sabará. Foi lá que tudo começou. Era lá que ficavam os primeiros

acampamentos de mineradores e foi lá que surgiram as primeiras vilas, a começar por Vila Rica de Ouro Preto, fundada em 1711.

As autoridades coloniais tentaram disciplinar e controlar a ocupação da região das minas. Para tanto, impuseram uma série de restrições que se mostraram tão inúteis quanto inoperantes. Inicialmente decretaram o fechamento do caminho que margeia o Rio São Francisco, a fim de evitar a migração em massa de pessoas oriundas do Reino e das lavouras nordestinas. O fechamento desse caminho também prejudicou o abastecimento das minas porque restringiu o comércio de gado “em pé” destinado ao abate para consumo na região. Na época colonial o comércio intercapitanias tinha que ser taxado e controlado. Qualquer transação comercial feita sem o pagamento de impostos era considerada ilegal. Ora, a região das minas se povoava rapidamente, demandando grande quantidade de mantimentos e, inclusive, mão de obra para exploração aurífera. Os governadores do Rio de Janeiro e da Bahia preocupavam-se com a evasão de braços e com os rebanhos de gado que eram conduzidos para o sertão mineiro sem pagar um único centavo de imposto. Porém, não obstante as queixas e medidas das autoridades, todos os esforços para conter o comércio ilegal haviam malogrado.

O grande influxo de pessoas para as minas acabou por gerar uma crise de abastecimento caracterizada por fome e elevação nos preços de todos os produtos. Desse modo, a alta nos preços dos alimentos fez com que muitos fazendeiros baianos direcionassem seu gado para a região mineradora, pois, lá, o preço do boi era muito maior do que em qualquer outra parte da colônia. Por outro lado, muita gente passou a considerar mais lucrativo plantar e produzir alimentos ou se dedicar ao comércio do que se integrar à mineração. Com o passar do tempo a agricultura de alimentos em Minas Gerais passou a ser tão importante economicamente quanto a produção de ouro, com considerável uso de mão de obra escrava. Voltaremos a tocar nesta questão mais adiante.

Em 1700, o Governador do Rio de Janeiro elaborou um documento contendo instruções e prescrições para regulamentar a exploração das minas. Este documento, denominado “Regimento das Minas”, passou a ter força de lei em 1702, quando foi aceito e aprovado pela Coroa. O Regimento previa a divisão dos terrenos de mineração em lotes que seriam entregues somente a quem dispusesse de mão de obra escrava para explorá-lo. Estes lotes foram denominados “datas”, cujo tamanho era proporcional à quantidade de escravos que o proprietário possuía. Não obstante a preocupação com a capacidade produtiva das “datas”, a Coroa procurou limitar o número de escravos que eram levados para as minas. Em termos práticos, a evasão de braços poderia prejudicar a lavoura açucareira, que, desde a expulsão dos holandeses, se debatia com a crise ocasionada pela concorrência do açúcar produzido nas Antilhas, e pela queda nos preços do produto no mercado internacional.

As regiões onde não houve distribuição de “datas” eram chamadas “minas gerais” ou simplesmente “gerais”, por que a exploração era feita por ordem de chegada, ou seja, por quem primeiro se apossasse da área. O nome “minas gerais” acabou por se estender a todo o território ocupado.

De acordo com o Regimento de 1702, todo ouro encontrado tinha que ser “quintado”, ou seja, extraída a quinta parte referente ao imposto do “quinto”. O ouro era levado até a Casa de Fundição, para ser fundido, “quintado”, e transformado em barras. Só tinha um problema: a Casa de Fundição não ficava na região das minas, mas sim a várias semanas de viagem, nos portos de Santos e Parati. Então competia ao mineiro levar seu ouro até àquele estabelecimento para cobrança dos “quintos”. Pergunta-se, caro estudante, quantos faziam isso? Até a instalação da Casa de Fundição de Vila Rica, em 1720, menos de 10% dos mineiros “quintavam” o seu ouro. Imagine você a evasão de impostos sofrida pelo governo metropolitano. Antes de 1720, cerca de 80% do ouro extraído ia parar nas mãos de particulares, especialmente comerciantes e atravessadores, pois o minério in natura era utilizado como moeda. Desse modo, conclui-se que a principal fonte de receita da Coroa não era proveniente das “datas” auríferas, mas sim dos impostos referentes ao comércio ou ao confisco de mercadorias contrabandeadas.



Repouso de Mineiros (Aquarela de Debret)

Em meio às dificuldades de impor a ordem na região das minas, os conflitos entre os moradores e a violência cotidiana eram inevitáveis. O pior de todos estes conflitos ficou conhecido como “Guerra dos Emboabas”. Vale a pena nos determos nesta questão, por que isso nos revela as dores do nascimento da capitania de Minas Gerais e sua afirmação como uma das maiores economias da colônia. Segundo Charles Boxer,

“o verdadeiro curso dos acontecimentos está longe de revelar-se com clareza (...) o historiador defronta-se com escassez de provas quanto aos partidos em contenda, mas as razões básicas para a eclosão do conflito são razoavelmente claras”.



Tropieiros Pobres de Minas- Gravura de Debret - Início do Séc

Vamos então enumerar as razões, motivos ou fatores que levaram aos confrontos violentos na região das minas. Inicialmente é importante destacar que estes confrontos ocorreram entre paulistas, primeiros descobridores de ouro na região, e forasteiros. Um dos principais elementos da discórdia são as diferenças culturais e sociais entre paulistas e forasteiros, segundo as quais, os primeiros levavam uma vida rústica, falavam a língua tupi, andavam descalços e se colocavam sempre como proprietários dos campos auríferos, reivindicando a primazia em tudo, inclusive na distribuição de “datas”. Uma petição da Câmara de São Paulo de Piratininga, enviada à Coroa, exigia que todas as terras de mineração fossem dadas exclusivamente a eles. Também expressavam sua desdenhosa aversão a qualquer forasteiro que chegasse às minas, fosse ele nascido no Brasil ou em Portugal, a quem chamavam de “emboaba”.

Esta palavra, “emboaba”, é de origem indígena, e possui uma conotação injuriosa, pejorativa, relacionada às botas de cano longo até acima dos joelhos, que os estrangeiros costumavam usar. Estes últimos, por sua vez, não tinham qualquer respeito pelos paulistas, a quem consideravam bandoleiros, foras da lei e predadores de índios. Os paulistas eram frequentemente comparados às feras e animais que viviam no mato. Diante desse quadro, uma série de

incidentes começou a se acumular, fazendo das minas um verdadeiro barril de pólvora.

Primeiramente a carestia de preços que ocorreu entre 1698 e 1700 fez com que muitos paulistas abandonassem suas “datas”, as quais foram prontamente ocupadas pelos forasteiros, gerando ressentimentos e reclamações ao governo português. As agressões verbais geradas pelas disputas dos campos auríferos, logo descambaram para agressões físicas cujo episódio mais grave ocorreu em 1707, no Arraial Novo (atual São João d’El Rei). Naquela ocasião, um grupo de paulistas fortemente armados costumava passar através dos campos auríferos dos “emboabas” fazendo provocações e bradando morte aos forasteiros. Esta exibição de arrogância e belicosidade dos paulistas, com o objetivo de intimidar o inimigo, acabou ocasionando o linchamento e a morte de dois de seus chefes, fruto das tensões que se acumulavam há vários anos e da cólera da multidão de “emboabas” furiosos. Os paulistas resolveram vingar a morte dos companheiros, mas se assustaram com as barricadas erguidas no arraial e com a disposição dos forasteiros para a luta. Por isso, recuaram em promover sua vingança, e ficaram esperando uma ocasião mais propícia para atacar. Mas isso não representou o fim dos conflitos. Pelo contrário. O clima de inquietação e desconfiança piorou ainda mais e tudo indicava que um confronto sangrento aconteceria mais cedo ou mais tarde.

Os paulistas contavam com a intervenção de Manuel da Borba Gato, antigo sertanista e bandeirante, um dos primeiros a se instalar na região mineira e que, naquele momento, exercia o cargo de Superintendente das Minas. Como paulista, Borba Gato tentava manter o equilíbrio entre as partes, mas os “emboabas” não confiavam nele. Por isso, escolheram como contraponto um líder que pudesse representá-los, e que tivesse influência, poder político e econômico equivalentes ao de Borba Gato. Esse líder seria Manuel Nunes Viana, natural de Viana do Castelo em Portugal, e criador de gado no sertão da Bahia. Nunes Viana tinha ligações com Antonio Guedes de Brito, um dos maiores pecuaristas do período colonial, sendo casado com Dona Isabel, herdeira dos Guedes de Brito. Além disso, Nunes Viana era proprietário de inúmeras datas em Caeté e outras áreas das minas gerais.

As tensões foram se acumulando com rixas, discussões, juramentos de morte e vingança. Borba Gato acusou Nunes Viana de perturbar a ordem e decretou seu banimento do distrito do Rio das Velhas. O acusado, obviamente protestou denunciando o Superintendente por favorecer aos paulistas. Desdenhou do decreto de banimento e afirmou que não reconhecia a autoridade de Borba Gato. Neste contexto, a situação só podia se agravar, com assassinatos e linchamentos em Caeté, sem nada que os funcionários da Coroa pudessem fazer.

Em 1708, os “emboabas” efetuam uma operação de desarmamento dos paulistas, com ameaças e intimidações, numa ação ousada, sem qualquer respaldo legal. Os campos auríferos paulistas, com suas cabanas de taipa

e estrutura de madeira e barro, são queimados, obrigando muitos a fugirem para os matos ou retornarem para sua terra natal. Ao final, com a expulsão dos paulistas, Nunes Viana é aclamado pelos “emboabas” governador das minas. Convencido de seu poder o governador começa a distribuir cargos e organizar as milícias. É obvio que toda essa movimentação passava longe da aprovação da Coroa, a qual não reconhecia tal governo, mas também tinha precárias informações sobre os acontecimentos. Por outro lado, Borba Gato sumiu dos registros, restando aos historiadores especularem sobre uma possível fuga para São Paulo. Naquele contexto era comum o assassinato de funcionários reais, fazendo com que a maioria preferisse a fuga ao enfretamento.

Após os acontecimentos de 1708, os “emboabas” continuam com a ofensiva contra os paulistas que ainda resistiam instalados no vale do Rio das Mortes. Sob o comando de Bento do Amaral Coutinho um destacamento de “emboabas” cercou um grupo de 50 paulistas, exigindo que entregassem suas armas. Após alguma hesitação os paulistas, quase todos índios e mestiços, entregaram suas armas. Mas ao invés de serem deixados em paz, foram fuzilados pelos “emboabas”, até o último homem. Nunca na violenta região mineira havia ocorrido episódio tão atroz e traiçoeiro como este, ou seja, o massacre de homens desarmados e inocentes, pois de nada podiam ser acusados. O massacre ficou conhecido pelo nome de “Capão da Traição”. Corria o mês de janeiro de 1709.

As notícias sobre o “Capão da Traição” chegaram rapidamente ao Rio de Janeiro, deixando as autoridades alarmadas com a possibilidade de uma guerra civil em uma das regiões mais estratégicas da colônia. Os caminhos que ligavam as minas ao porto do Rio estavam bloqueados pelos paulistas decididos a prejudicar o envio de pólvora e outros equipamentos para os “emboabas”. Um funcionário da Coroa, Luis de Almeida Correia de Albuquerque, residente no Rio de Janeiro, escreve a Diogo de Mendonça, em Lisboa:

“O negócio das minas há muitos dias que está parado, por que andão aquelles moradores com as armas nas mãos divididos em duas facções, sendo capytam de hua delas, que são todos os que não são paulistas, hum Manuel Nunes Viana natural daquela villa e morador no certão da Bahia. Este se acha com mais de três mil homens armados em campanha; he homem que leva após si por ser rico, facineroso e intrépido, por cujas razões he o que introduz nas minas muitas e grandes tropas da Bahia para onde vay a mayor parte do ouro que ellas produzem contra as outras de sua Majestade que Deos guarde, e com grande prejuízo de sua real fazenda, por que não paga quintos; e na casa delles desta cidade se achão pouco mais de duas arroubas de ouro; o Governador desta praça se resolve a passar aos certões das minas e ver se pode a sua pessoa socegar aquelles moradores. Queira Deos que o consiga pello muito que importa a El Rey nosso senhor”. (Este texto é citado por Boxer, 2000:94, e esta grafado conforme a época em que foi escrito).

Entre abril e maio de 1709 o governador do Rio de Janeiro, Dom Fernando Martins Mascarenhas de Lancastre, munido com duas companhias de infantaria vai às minas para restabelecer a paz e a ordem. Dom Fernando tinha consciência da precariedade de suas tropas, insuficientes para fazer recuar os “emboabas”, por isso espalhou a notícia de que, se fosse atacado, se aliaria aos paulistas para deter Nunes Viana e suas comparsas, a maioria com uma reconhecida ficha de crimes.

Dom Fernando começou a percorrer os campos e povoados, sendo recebido com um misto de respeito e desconfiança pelos partidos rivais. Tudo ia bem até que nas proximidades da atual Congonhas do Campo, Dom Fernando foi interceptado pelo próprio Nunes Viana em pessoa, acompanhado por uma tropa fortemente armada. O líder “emboaba” advertiu o governador para que não acatasse as pretensões dos paulistas expulsos em 1708, desejosos de reaver suas “datas”. Não se sabe exatamente que tipo de argumento ou ameaça Nunes Viana usou contra Dom Fernando. O fato é que o governador voltou para o Rio de Janeiro desmoralizado pelo fracasso de sua expedição. Diante do malogro das autoridades em conter os “emboabas”, os paulistas reunidos em sua terra natal decidem atacar as minas para vingar o episódio do “Capão da Traição” e recuperar suas “datas”.

Nesse ínterim a Coroa instrui o novo governador do Rio de Janeiro, Antonio de Albuquerque Coelho de Carvalho, substituto de Dom Fernando, a se estabelecer nas Minas Gerais, para impor a autoridade régia. Em julho de 1709 o governador ordena a expulsão de Nunes Viana. O chefe emboaba se retira sem opor resistência, e isso se deve ao fato de ter se desgastado junto a seus aliados, perdendo apoio e prestígio. Desse modo, retorna então para suas fazendas de gados na Bahia.

Antonio de Albuquerque percorre todas as áreas de mineração se fazendo reconhecer como autoridade real. Mas em agosto de 1709 os paulistas já haviam iniciado sua marcha para atacar as minas. Uma bandeira com mais de dois mil homens, a maioria índios, chefiados por Amador Bueno da Veiga, dirigem-se lentamente em direção ao vale do Rio das Mortes para retomar suas “datas”. Em outubro, Albuquerque parte para interceptá-los e tentar dissuadi-los do ataque. Seus esforços são inúteis. Em novembro os paulistas chegam ao Rio das Mortes e encontram uma barricada composta de 300 brancos e 500 negros. Seguiram-se cinco dias de combate até que os paulistas decidissem recuar. As razões do recuo não estão claras, mas tudo leva a crer que a notícia da chegada de reforços emboabas tenha levado os paulistas a desistirem. Quando os reforços chegaram, os paulistas já estavam longe, a caminho de casa. Corria o mês de dezembro de 1709.

Este é o último episódio decorrente do conflito entre paulistas e forasteiros. Em fevereiro de 1710 a Coroa decide criar a Capitania de São Paulo e Minas Gerais, e entrega a Albuquerque para governá-la. Portanto, a partir deste momento, a capitania de São Vicente deixa de existir sendo

substituída por um território muito maior que engloba a antiga capitania e a região das minas gerais. Nesta ocasião, as principais povoações das minas são elevadas à categoria de vilas: Ribeirão do Carmo, Vila Rica de Ouro Preto e Sabará.

Que lições podemos aprender com a “guerra dos emboabas”? Que interpretações podemos fazer a partir deste episódio? Qual o seu valor histórico? Bem, podemos arriscar algumas colocações. Primeiramente vale destacar que no período colonial não existia a ideia de “nação brasileira”, por isso, a guerra dos emboabas não foi um conflito entre nacionais e portugueses. Sendo a pátria de cada um a vila ou capitania onde nasceu, equivale a dizer que, para os paulistas, qualquer outro elemento que não fosse de São Paulo era um potencial inimigo e rival. Outra questão que deve ser levantada é o problema da ocupação de territórios para além do litoral. Estes territórios eram área de fronteira aberta, de jurisdição incerta, cujo controle pelo Estado era lento e precário. Foi assim durante muito tempo, até que o governo régio se consolidasse na região. A Coroa ficava entre a dependência de aventureiros e desbravadores para exploração e anexação de novos territórios, e a necessidade de contê-los em seus excessos autonomistas e fiscais. Equação difícil de resolver diante de tantas ambições, interesses, e das oportunidades que se colocavam.

Anteriormente, afirmamos que muita gente passou a considerar mais lucrativo comercializar ou plantar e produzir alimentos do que dedicar-se à mineração; e que com o passar do tempo a agricultura de alimentos em Minas Gerais passou a ser tão importante economicamente quanto a produção de ouro, com considerável uso de mão de obra escrava. Vamos então discutir essa questão.

A questão a que nos referimos está ligada à temática da análise do mercado interno colonial. Este tema é objeto de um grande debate que se estabeleceu na historiografia brasileira a partir do final de década de 1980 e inícios dos anos 90. Afinal, devemos ou não considerar o mercado interno colonial em presença e densidade econômico-social? Seria a economia colonial um simples complemento da economia metropolitana, reduzindo-se a mera fornecedora de produtos para o mercado externo? Ou a economia colonial, não obstante sua ligação com o mercado externo, poderia também dispor de um vasto e importante setor produtivo voltado para o consumo interno? Para responder a essas questões, os historiadores se dedicaram ao estudo das Minas Gerais como lócus privilegiado para a compreensão do fenômeno do mercado interno colonial. Por outro lado, o século XVIII representa no tempo o ápice do setor produtivo colonial, que vinha se formando desde os primórdios da colonização.

Nos últimos vinte anos, estudos históricos com análise de dados empíricos e registros seriais demonstraram que a economia colonial não é um simples reflexo ou mero complemento do mercado externo, totalmente a

ele subordinado e dependente. Estes estudos comprovaram que a economia colonial possuía uma dinâmica e estruturação próprias, capazes de gerar um setor produtivo subsidiário, voltado para o consumo interno. Um exemplo deste setor produtivo, mas não o único, é a economia citadina setecentista da região das Minas Gerais. Segundo Caio César Boschi (1996),

“Os aglomerados urbanos foram responsáveis pela introdução e pelo desenvolvimento de intenso mercado interno, tanto nos seus próprios limites quanto no interior da Capitania e, desta, com outras partes da colônia. Se a exploração aurífera foi o início, nem sempre e nem em toda região ela foi a principal atividade produtiva. Para cuidar do abastecimento simultaneamente à mineração, vai-se compondo diversificada estrutura produtiva. Intensas relações comerciais e expressivas produções agropastoril e manufatureira, caracterizadas pela não-inversão de grandes capitais e por baixos níveis de renda e de poder de concentração acabam configurando nítida economia regional com ativo mercado interno”.

A principal função destes aglomerados urbanos era a atividade comercial e não a atividade extrativa (mineração), mesmo porque a produção aurífera não ocorre nas cidades e sim nas áreas adjacentes, próximas ou distantes. Então, o que possibilitou a urbanização acelerada das Minas Gerais? Foi, justamente, a comercialização de produtos voltados para o mercado interno, desde manufaturados até agropecuários. Como bem diz Boschi (1996),

(...)o referido comércio urbano não dava conta apenas da produção rural circunvizinha (...) ao contrário, nunca é demasiado lembrar que o abastecimento da região mineradora, além de apropriar-se da produção rural regional, ampliou a noção de mercado entre nós e movimentou grande parte da colônia. De distantes rincões procediam os produtos que supririam a elevada demanda de víveres e de supérfluos que caracterizava a economia local”.

Quando se procuram as origens das primeiras vilas mineiras, percebe-se que elas não estavam ligadas, somente, à mineração mas, sobretudo, ao comércio de escravos, gado e outros víveres destinados ao consumo da população local. A tão apregoada opulência das Minas, não era oriunda exclusivamente da produção aurífera que tendia a cair ano a ano, visto que as jazidas estavam se esgotando. Mas, a medida que o ouro ia se tornando escasso, restava a grande capacidade de consumo das populações citadinas, que haviam se estabelecido naquele território, e cujo contingente não parava de crescer, atraídas pelas possibilidades de enriquecimento. Ainda de acordo com Boschi,

“Era flagrante a diversificação dos setores produtivos e o crescente número de negociantes e homens de comércio que se instalam nas

vilas recém eretas (...) Periodicamente se entendiam com os agentes atacadistas portugueses estabelecidos nos portos litorâneos, com destaque para o Rio de Janeiro (...). Tropas de muars introduziam-se como fato inédito no sistema de transporte da colônia, assegurando a continuidade e a regularidade das trocas comerciais e do fluxo e refluxo entre as regiões mediterrâneas e costeiras ao mesmo tempo em que se apresentavam como veículos de comunicação social entre as mesmas”.

Estudos recentes também comprovaram que o século XVIII é marcado pelo fortalecimento do mercado interno e do comércio intercapitanias, fomentados por uma espécie de “renascimento agrícola”, que fez crescer a produção e o consumo de alimentos, logo após a crise do século XVII. Em Minas Gerais e no Rio de Janeiro florescem o plantio da mandioca, milho, feijão e arroz destinados ao mercado interno, abastecendo não só a grande lavoura açucareira mas, também, os centros urbanos. Todavia, devemos lembrar que, não obstante este fato, era comum a ocorrência de grandes fomes ou carência de alimentos entre as grandes concentrações populacionais. Alguns pesquisadores supuseram que estas fomes aconteciam em decorrência da expansão da agricultura de exportação, que monopolizava o uso da terra e da mão de obra, deixando pouca margem para a produção de alimentos. Porém, essa tese não se confirmou. De acordo com Francisco Carlos Teixeira da Silva, um dos maiores pesquisadores sobre esse tema,

“Na Bahia entre 1638 e 1750 constataram-se 13 grandes fomes com 7 delas entre 1638 e 1691, período de forte depressão econômica, enquanto outras 6 entre 1691 e 1750, período de prosperidade (...) tais fomes ocorriam indistintamente em períodos de expansão e de depressão da economia colonial, bem ao contrário do que se imaginava, comprovando uma forte autonomia do setor interno. Os mecanismos de explicação das crises de fome inscrevem-se nas próprias estruturas da produção de alimentos”.

Nosso autor estabelece como fatores que possibilitaram para as crises de subsistência ocorridas durante o período colonial a fragilidade social e técnica do setor produtivo, tais como uso inadequado da tecnologia agrícola, proliferação de pragas, esgotamento do solo, taxações e regulamentos que asfixiavam a produção de alimentos, e alterações climáticas como secas ou chuvas pesadas.

Por outro lado, o Rio de Janeiro torna-se o maior porto da colônia, por se constituir em porta de entrada e de saída de diversos produtos. O Rio era o porto das Minas Gerais, visto que aquele território não tinha acesso direto ao mar. Em 1763, em virtude do grande crescimento econômico e social, o Rio de Janeiro passa a ser a capital da colônia, a sede do Governo, desbancando Salvador.

Na virada o século XVIII para o XIX, Minas se constitui na maior capitania escravista do Brasil, não apenas devido ao extrativismo mineral, mas, sobretudo, pelo crescimento agropecuário da região. Todo setor produtivo estava baseado no trabalho escravo, inclusive as atividades destinadas ao mercado interno. Grandes levadas de negros africanos são conduzidos até as Minas, a partir do porto do Rio de Janeiro.

Se você visitar as cidades históricas de Minas Gerais, hoje, tais como Ouro Preto, Mariana, Sabará e São João d'El Rei, vai encontrar, preservadas e tombadas como Patrimônio da Humanidade, belas igrejas e sobrados erguidos ao longo do século XVIII, em um estilo único no mundo, conhecido por “barroco mineiro”. Não somente o conjunto arquitetônico das cidades chama a atenção dos visitantes, mas, também, a arte sacra composta



por pinturas e esculturas de excepcional beleza, executada por artistas, anônimos ou não. O barroco que floresceu no Novo Mundo, especialmente em Minas Gerais, era totalmente diferente do similar europeu. Além de ser tardio, utilizava materiais encontrados somente naquele território tais como pedra sabão e determinados tipos de madeira de lei. Além disso, o barroco mineiro primava pelo gosto por formas exóticas, retratando o homem da região, marcadamente mestiço. Ora, quem vocês acham que possibilitou e, até, financiou todo esse esplendor cultural e artístico nas Minas Gerais?

A riqueza que circulava nas Minas Gerais, e a consolidação da vida urbana e do mercado interno explicam o apogeu do barroco

Igreja de São Francisco - Vila Rica - Projeto de Aleijadinho

mineiro. Minas possuía muitos escravos empregados na lavoura e no extrativismo mineral, mas atraía também muitos homens livres, artesãos sobretudo, tais como tecelões, oleiros, louceiros, escultores, pintores, sapa-teiros, alfaiates, marceneiros, ourives, arquitetos e, até, confeitores. Estes artesãos recebiam a denominação genérica de “oficiais mecânicos”, uma clara referência ao exercício de um trabalho ou ofício manual.

Enquanto na Europa os trabalhadores agrupavam-se em “corporações de ofício”, na colônia era mais comum encontrá-los agrupados em Irmandades religiosas. Brancos, mestiços, negros e até escravos, exerciam ofícios mecânicos. Vale lembrar que, durante muito tempo, ofícios como o de barbeiro, cirurgião e dentista eram exercidos pelo mesmo indivíduo, não havendo muita diferenciação entre estas atividades. A prática da cirurgia era considerada indigna pelos médicos, por isso, era executada por pessoas de baixa condição social, ou seja, os oficiais mecânicos, a exemplo dos barbeiros.

Não havia escolas onde aprender o ofício. Para se tornar um oficial mecânico o indivíduo tinha que se associar a outro oficial, mais experiente, acompanhando-o e atuando como aprendiz ou servente (ajudante), até que soubesse o bastante para exercer a profissão por conta própria. Os oficiais mecânicos tinham que se registrar nas Câmaras Municipais de suas cidades ou vilas, para obter licenças que permitissem o exercício do ofício.

Os artistas que fizeram a grandeza do barroco mineiro não passavam de oficiais mecânicos, artífices e projetistas a serviço das Irmandades, do Estado ou de particulares. O mais conhecido deles é Antonio Francisco Lisboa, conhecido por “Aleijadinho”. Nas palavras de Arno Wehling e Maria José Wehling, Aleijadinho foi o mais original e inventivo de todos os artistas da época, sabendo combinar como ninguém diversas influências que o tornaram a mais autêntica figura do barroco mineiro.

A descoberta de ouro no sertão de Minas Gerais alterou para sempre a vida na colônia. A exploração extrativista chegou até o Mato Grosso, Goiás e sul da Bahia. No interior da capitania das Minas estabeleceu-se também o garimpo de diamantes, cujo território ao norte de Vila Rica de Ouro Preto foi demarcado como área exclusiva na qual vigorava um Regimento à parte, mais severo do que o Regimento das Minas. Essa área foi demarcada em 1740 e ficou conhecida como “Distrito Diamantino”. A entrada e saída de pessoas no Distrito Diamantino era rigidamente fiscalizada para evitar o desvio das pedras.

A Coroa portuguesa esforçava-se para organizar a economia das Minas Gerais bem como sua maior riqueza que era o ouro, procurando coibir o contrabando e estabelecendo um complicado sistema de taxas e impostos sobre todo e qualquer tipo de atividade econômica. Com o passar do tempo, era normal que a produção aurífera diminuísse devido ao esgotamento das jazidas. Todavia a Coroa não aceitava essa diminuição que era sempre atribuída ao contrabando e à sonegação. Por isso novos impostos eram cria-

dos a cada período, penalizando a população. As consequências desse sistema de tributação analisaremos na próxima aula. Por ora é suficiente destacar que o mais odiado de todos os impostos era a “derrama”, cobrado sobre todos os habitantes da capitania com o objetivo de compensar a queda da quota que deveria ser de cem arrobas anuais, mas a partir de 1765 começou a ficar abaixo desse patamar, desencadeando a cobrança do imposto.

CONCLUSÃO

O aparecimento da atividade mineradora possibilitou a dinamização da economia colonial, o fortalecimento do mercado interno, capaz de resistir ao seu próprio declínio, ou seja, ao declínio da produção de ouro e diamantes. Todavia, devemos a essa altura do nosso curso destacar que, não obstante a importância da mineração, a produção de açúcar ainda era a principal fonte de renda da colônia, superando, em muito, a renda gerada pela produção de ouro e diamantes. Mesmo no contexto de oscilações de preços no mercado internacional e de crises internas, o setor açucareiro ainda era o mais importante, expandindo-se para além do Nordeste, estabelecendo-se também no Rio de Janeiro.



RESUMO

Não pense, caro estudante, que esgotamos tudo que tem que ser dito sobre o século XVIII. Muitas questões deixaram de ser analisadas por causa dos limites que traçamos para esta aula. Infelizmente, tivemos que fazer algumas opções que julgamos importantes e deixar diversos outros assuntos para você, por conta própria, explorar. Nesta aula vimos como se deu a descoberta de ouro no sertão de Minas Gerais, bem como os conflitos e desafios administrativos impostos pela ocupação desordenada do território de mineração. Também estabelecemos a importância das atividades comerciais e agrícolas e destacamos o aparecimento do “barroco mineiro” como um dos aspectos da complexidade econômica e social da capitania das Minas Gerais.



PRÓXIMA AULA

Vamos estudar as revoltas do período colonial, associadas com as ideias de Nação, Pátria e Independência.

ATIVIDADES

1. Faça uma pesquisa sobre a importância da obra de Antonio Francisco Lisboa, o Aleijadinho.
2. Por que o Rio de Janeiro se tornou a capital da colônia em 1763?
3. Qual a importância das atividades subsidiárias e do mercado interno no conjunto da economia colonial?
4. Cite e explique um aspecto da organização administrativa na Minas setecentista.
5. Explique como aconteceu o principal conflito entre paulistas e forasteiros, e quais as dificuldades encontradas pelas autoridades coloniais para impor a ordem em seus territórios.



CRÉDITOS DAS ILUSTRAÇÕES

TELLES, Augusto Carlos da Silva – Atlas dos Monumentos Históricos e Artísticos do Brasil. Rio de Janeiro: MEC 1985.

HEERKENOFF, Paulo – O Brasil e os Holandeses 1630 -1654. Rio de Janeiro: GMT Editores 1999.

BANDEIRA, Julho & LAGO, Pedro Corrêa do – Debret e o Brasil Obra Completa 1816-1831. Rio de Janeiro: Capivara, 2007.

REFERÊNCIAS

BOXER, Charles – A Idade de ouro do Brasil. Dores de Crescimento de uma Sociedade Colonial. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2000. 3ª Ed.

BOSCHI, Caio César – “Nem Tudo que Reluz vem do Ouro ... “ In SZMRECSÁNYI, Tamás (Org.) – História Econômica do Período Colonial. São Paulo: Hucitec, 1996.

FLEXOR, Maria Helena Ochi – “ Ofícios, Manufaturas e Comércio”. In SZMRECSÁNYI, Tamás (Org.) – História Econômica do Período Colonial. São Paulo: Hucitec, 1996.

FRAGOSO, João Luis – Homens de Grossa Aventura. Acumulação e Hierarquia na Praça Mercantil do Rio de Janeiro, 1790-1830. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1998.

SILVA, Francisco Carlos Teixeira da – “Conquista e Colonização da América Portuguesa- O Brasil Colônia 1500-1750”. In LINHARES, Maria Yedda (Org.) – História Geral do Brasil – Rio de Janeiro: Campus, 1996.